

Ata da 21ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 11 de fevereiro de 2014.

Local: Sala de Reuniões do CREAS 3, sito a Rua Rio de Janeiro nº. 1288- Centro

Data: 24 de Junho de 2014, terça-feira.

Horário: 13:30 horas em primeira convocação e 13:45 em segunda convocação.

1 Aos (24) dias do mês de Junho de 2014, aconteceu a vigésima primeira reunião ordinária do
2 CMAS no Centro de Proteção às Crianças e Adolescentes/CREAS 3, sito a Avenida Rio de
3 Janeiro, nº 1288 - Centro, com a presença dos seguintes membros: **Conselheiros**
4 **governamentais:** Tércia Lamônica Azevedo Oliveira, Maria Edna Chagas, Aurélio Caetano,
5 Nívia Maria Polezer, Maria José da Mata, Cirlene Maria Ferreira Fonseca, Mariza Izabel Bissi
6 Castanho, Luciana Ferreira Alvarez, Ana Paula Galdim Ramos, Ivana Paula Furlan Rodolpho,
7 Almir Escatambulo e Edna Aparecida de Carvalho Braun. **Conselheiros da Sociedade Civil:**
8 Márcia Gonçalves Valim Paiva, Anelise Moya Teixeira, Jemina Ribeiro Lima Machado, Regina
9 Elizabeth Russo Humming, Amanda Maria Santos Silva, Valério Barreiros, Karoline Garcia
10 Lombardi, Carlos da Silva, Alessandra Moraes da Silva e Aparecida Luiz Rochel. **Participantes**
11 **e/ ou convidados:** Elaine Rodrigues Lopes, Tatiane Simões Maia, Ediane de Paula Machado,
12 Juliana Rodrigues da Cruz, Bárbara Sagrado Basílio, Andréa de Carvalho, Izabella F.
13 Buttendorf, Denise M. Fank de Almeida, Ana Lúcia Conde, Aline dos Santos Nogueira, Alan
14 Soares do Nascimento, Sandra M. P. de Freitas Coelho, Leonardo Aparecido Gomes, Milton
15 Santana Filho, Edvaldo Paulino da Silva, Isabel Cristina G. M. Patrocínio e Valéria Bezerra da
16 Silva B. Oliveira. **Ausências Justificada:** não houve. Pauta aprovada com inversão de ordem.
17 **1. Relato da Audiência Pública; 2. Relato dos Representantes das Comissões do CMAS**
18 **– Conselho Municipal de Transparência e Controle Social e Comissão de Instância e**
19 **Controle PBF; 3. Indicação de Representantes do CMAS para participar do encontro**
20 **Municipal de Vigilância Socioassistencial; 4. Relato das Comissões de Trabalho; 5.**
21 **Proposta de expansão Qualificada dos Serviços Sociassistenciais- MDS; 6. Reuniões**
22 **descentralizadas do CMAS; 7. Capacitação usuários; 8. Leitura e aprovação da ata**
23 **08.04.2014; 9. Informes; 10. Outros.** A coordenação da reunião foi realizada pela presidente
24 deste Conselho, a senhora Márcia Gonçalves Valim Paiva, que deu início à reunião às 13h
25 45min, pontualmente. **1. Relato da Audiência Pública** – A audiência tratou-se da Lei de
26 Diretrizes orçamentarias e não do orçamento público como enviado em convite pelo CMAS.
27 Foi solicitado que haja a inserção da LDO um parágrafo que garanta a de que haja no mínimo
28 correção inflacionaria para subvenções, contratos e equipamentos necessários, com a

Ata da 21ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 11 de fevereiro de 2014.

29 sugestão que isto se estenda as demais políticas; o CMAS ratificou a importância do projeto
30 de lei para a ampliação de cargos para a Política de Assistência Social. Na audiência o
31 conselho também fez apontamentos relacionados a ampliação do orçamento 2015, garantia
32 de contrapartida integral para o Centro POP e necessidade da retomada referente à
33 implantação da Residência Inclusiva. Foi ratificado por escrito e verbalmente na audiência que
34 o CMAS aprovou o pagamento das 30 contratações com recurso do MDS – percentual máximo
35 e que caberia apenas à Câmara a aprovação do projeto, destacou ainda que o CMAS ainda
36 não aprovou o orçamento 2015, e apresentado proposta de ampliação. Referente à reunião
37 extraordinária do CMAS realizada dia vinte de junho de dois mil e quatorze, a pauta foi o
38 remanejamento orçamentário da fonte mil, para compor a contrapartida de construção da
39 estrutura física do Centro POP. A deliberação foi de remanejar os recursos não utilizados no
40 serviço de convivência, decorrentes do não conveniamento com a ABEC no ano de 2014 e
41 saldos e metas não executados, não comprometendo o orçamento do serviço de convivência
42 para o ano de 2015. **2. Relato dos representantes das Comissões do CMAS – Conselho**
43 **Municipal de Transparência e Controle Social e Comissão de Instância e Controle PBF –**
44 Segundo o conselheiro Almir Escatambulo foi decretado o fim dos tele centros, devido à
45 dificuldade para a manutenção dos computadores, os tele centros que estavam próximos às
46 escolas, tiveram seus equipamentos direcionados as mesmas. Alzira, Fabrício e Anelise não
47 estavam na reunião para fazer o relato da comissão de acompanhamento. Amanda informou
48 que devido ao fato de estar sob atestado não compareceu à reunião do Conselho Municipal da
49 Mulher. **3. Indicação de representantes do CMAS para participar do encontro Municipal**
50 **de Vigilância Socioassistencial** – Márcia fala do evento a ser realizado no SESI, nos dias 03
51 e 04 de Julho, sendo este o primeiro encontro sob este tema no município, Almir, Márcia,
52 Aparecida, Amanda e Carlos se candidataram, Ana Paula irá confirmar em seu local de trabalho
53 se terá a liberação. Nesta perspectiva, há a proposta de encaminhar ofício aos conselheiros
54 disponibilizando as demais vagas (cinco), para que os demais conselheiros que não estavam
55 na reunião, tenham também a oportunidade de participar. **4. Relato das Comissões de**
56 **Trabalho** – Márcia coloca que a Comissão de fundo está com vagas em aberto para a inserção
57 de novos conselheiros na composição da mesma. Comissão de Acompanhamento informou
58 que trinta e quatro planos de providência foram analisados e sete entidades não atenderam no
59 Plano de Providência as solicitações indicadas pela comissão de acompanhamento. Proposta
60 de avaliação pelo conselho que a própria comissão contate as instituições solicitando as

Ata da 21ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 11 de fevereiro de 2014.

61 pendências, evitando prejuízo em suas ações e manutenção do registro. Marcia parabenizou
62 a comissão pelo empenho na análise dos relatórios e pelo compromisso com o cumprimento
63 dos prazos. Segunda proposta aprovada, logo a comissão irá contatar as instituições até o dia
64 vinte e dois de julho. A conselheira Cirlene apresentou a situação da entrega da documentação
65 pelo Cras Oeste B, informa que devido a questões internas, este serviço acabou enviando
66 documentação fora do prazo. Porém a comissão antecipou-se em analisar a documentação.
67 Denise faz o relato da Comissão de Inscrição e Cadastro, informa que as escolas especiais
68 exceto a Pequena Missão para Surdos, alteraram a modalidade de inscrição de atendimento
69 para defesa e garantia de direitos. A documentação está na comissão de inscrição e cadastro
70 e não mais na comissão de acompanhamento. Haverá reunião extraordinária desta comissão
71 no dia 26 de junho às nove horas na sede do CMAS, com a presença das conselheiras, Jemima
72 e Marcia para dar suporte a esta comissão, visto que vários membros da mesma estão em
73 férias. A Comissão eleitoral apresenta o calendário e a vacância dos segmentos e solicita apoio
74 dos conselheiros para a mobilização dos demais serviços e trabalhadores para composição
75 neste conselho. Após apontamento de Ana Lúcia do Provopar, Márcia colocou em votação na
76 plenária a proposta de possibilidade de candidatura do Provopar nas eleições complementares.
77 Proposta aprovada sem objeções. O CMAS encaminhará a todos o edital das eleições
78 complementares. Proposta aprovada. A reunião da Comissão de Legislação esta agendada
79 para dezesseis de julho às treze horas e trinta minutos, onde a pauta principal será a Lei
80 Municipal do CMAS. **5. Proposta de expansão Qualificada dos Serviços**
81 **Socioassistenciais- MDS** – São quatro serviços, hoje a Sandra Nishimura faz a explanação
82 do ACESSUAS Trabalho 2014, apresenta o número de metas, formas de mobilização das
83 pessoas com deficiência para adesão aos cursos. Apresenta também o valor per capita do
84 recurso para essa mobilização. O Acessuas trabalho está funcionando independente ou não
85 dos convênios com as entidades. Caso o Município não execute o serviço, o recurso pode ser
86 devolvido ao MDS. O Conselho delibera pelo termo de aceite de expansão ao ACESSUAS. A
87 equipe irá agendar apresentação do que vem a ser o PRONATEC para apresentar ao CMAS.
88 Na proteção Social Especial Nívia faz a explanação, sobre o termo de aceite referente ao
89 Cumprimento de medida socioeducativas em meio aberto de liberdade assistida e prestação
90 de serviços à comunidade, e consideram que Londrina está apta com base no SINASE para
91 fazer esta aceitação. Para o termo de aceite, O Município deverá apresentar ao CMAS, um
92 plano de atendimento específico do serviço. Nívia também explica que qualquer pessoa pode

Ata da 21ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 11 de fevereiro de 2014.

93 ter acesso a documentação do MDS, para tal é só acessar o site do Ministério Desenvolvimento
94 Social e Combate à Fome. Marcia destaca que o MDS também demanda do cadastro único,
95 visto que estas pessoas deverão ter seus cadastros atualizados. Na ocasião a responsável
96 pelo programa no município Valéria Bezerra apresenta várias questões referentes ao trabalho
97 e em relação às condições e qualificação para execução do serviço. Tércia coloca a magnitude
98 da política de assistência e também sobre a importância de qualificar o trabalho e a
99 necessidade de se ter um olhar integrado das ações. A conselheira Aparecida fala da
100 importância das estratégias de ações, sobre a qualificação dos usuários e a integralidade entre
101 as políticas. Nívia informa que em setembro terá seminário para aprofundamento desta
102 temática, estratégias de intervenção para além do PAIF e do PAEFI. Termo de aceite aprovado
103 sem objeções. Em seguida a conselheira Nívia apresentou o segundo termo de aceite referente
104 ao serviço de acolhimento institucional adulto, famílias, e imigrantes, conforme resolução nº 11
105 de Abril do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. O prazo para a elaboração do
106 Plano de Ação é de quatro (04) meses para a elaboração do plano de ação, referente a este
107 cinquenta (50) metas, Nívia fez o esclarecimento que a adesão obrigatoriamente deveria ser
108 de cinquenta e posteriormente se necessário solicitar adequação das metas, também foi
109 informado que não se trata de metas novas exceto casa de passagem. Márcia destacou que
110 caso não seja viável, que não seja apresentado o plano de atendimento. Proposta aprovada
111 sem objeções. Proposta elaboração de ofício ao Estado solicitando esclarecimentos referentes
112 a não adesão daquela esfera na proposta do termo de aceite do Estado. Tércia faz a
113 explanação sobre o termo de aceite em relação ao serviço de proteção em situações de
114 calamidades públicas e emergenciais. Tércia relata que há necessidade de elaboração de um
115 plano para apresentar as prioridades caso seja decretado calamidade. Proposta de adesão ao
116 termo de aceite aprovada. **6. Reuniões descentralizadas do CMAS** – Márcia faz resgate
117 sobre a proposta de a reunião ser no período da noite, aprovada na Conferência Municipal de
118 Assistência Social, a importância da mobilização para a participação dos usuários.
119 Considerando estes aspectos, proposta da reunião ser nos territórios, em específico nos
120 CRAS, proposta de participação no projeto de extensão nas reuniões descentralizadas e
121 noturnas em conjunto com a UEL, e também a presença de um membro de cada comissão
122 para que este possa participar e contribuir. A reunião seria extraordinária, às dezoito horas em
123 uma quinta-feira do mês. Mantendo assim as duas reuniões ordinárias quinzenais do CMAS.
124 Foram levantadas proposta de reunião ser uma centralizada e outra descentralizada, no

Ata da 21ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 11 de fevereiro de 2014.

125 entanto a proposta da reunião extraordinária é de caráter não deliberativo, pelo menos neste
126 primeiro momento. Nivia propõe uma primeira experiência desta reunião descentralizada,
127 avaliar o que deve ser aprimorado e repensando neste processo. Valéria frisa a importância da
128 participação do usuário, mas também a necessidade do comprometimento ético, político e
129 social dos técnicos que compõem este conselho, destacou ainda a importância da reunião ser
130 deliberativa, garantindo a participação efetiva dos usuários. Proposta de fazer levantamento
131 junto aos conselheiros para saber qual melhor dia e horário a reunião, a fim de sistematizar
132 estas informações, esta temática será pautada em nova reunião para deliberar a respeito. **7.**
133 **Capacitação usuários** – pautar na próxima reunião. **8. Leitura e aprovação da ata**
134 **08.04.2014** - pautar na próxima reunião. **9. Informes** – BPC na escola será pautado no dia 03
135 de julho no CMDCA. Anelise convida a todos para participar de evento sobre os dez anos de
136 CESUMAR no dia vinte e seis (26) de junho a partir das dezenove (19) horas. Carlos foi eleito
137 como suplente do CEAS, foi proposto a indicação de um conselheiro governamental para
138 acompanhar Carlos na posse, que será no próximo mês. **10. Outros** - Foi feita provocação a
139 este conselho se está sendo discutido os impactos sociais do novo empreendimento
140 habitacional localizado na zona sul de Londrina, a ênfase de todos os questionamentos é sobre
141 o público da assistência social. Feita análise e reflexão neste conselho, contudo esta não se
142 esgota neste espaço e não poderia ser desconsiderado estes apontamentos. Mesa Diretora irá
143 retomar discussão com comitê e com a COHAB para trazer informes deste empreendimento
144 ao CMAS. Sem mais nada a constar nesta, eu Amanda Maria Santos Silva e Josiane Lima
145 lavramos a presente ata que deverá ser submetida apreciação e aprovação no Conselho.